

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E  
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações  
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor  
Independente

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao social findo em 31 de dezembro de 2021.

### **Mensagem do Presidente**

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de missão parcialmente cumprida pois ainda estamos inseridos no ambiente de Recuperação Judicial.

Nos últimos 7 anos observamos uma redução significativa no volume de investimentos no setor de infraestrutura como um todo e, especificamente, nos setores de Energia e Óleo e Gás, que eram fortes demandantes de nossos produtos e serviços.

Já em 2021, os desafios foram inúmeros: pandemia, volatilidade no preço das commodities, pressão inflacionária, aumento do câmbio, aumento da taxa de juros, com efeitos diretos na economia, desincentivando novos investimentos.

Como contraponto ao cenário negativo do passado, temos a esperança que com a vacinação em massa da população, ocorrida em 2021, consigamos iniciar a retomada da atividade econômica e destravar novos investimentos.

O Governo Federal, através do Ministério de Infraestrutura, vem desempenhando um papel extraordinário na regulação e promoção de investimentos. A criação do PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, a capacitação dos funcionários públicos das agências reguladoras e órgãos de controle, permitiu a volta do investidor privado no setor de infraestrutura. Nos últimos dois anos constatamos o aumento significativo de projetos que saíram do papel através da modalidade de Concessão e PPP's. Como estes investimentos são estruturados e complexos demandam tempo para serem desenvolvidos e implementados.

Acreditamos que pode levar entre um e dois anos até que estes investimentos cheguem a nós, demandando contratos de fornecimento de produtos e serviços.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Continuamos fortes e motivados. Fizemos nosso dever de casa novamente e revisitamos nossos custos operacionais e despesas administrativas para adequá-los à situação atual. Definimos uma estrutura mínima necessária sem perder de vista a qualidade, segurança e competitividade. Ao longo de 2021, a empresa IESA Equipamentos Projetos e Montagens, continuou sendo demandada por players do setor elétrico para execução de reformas e montagem de equipamentos hidromecânicos.

No âmbito das despesas administrativas não conseguimos reduzir ainda mais, em virtude da magnitude dos nossos problemas que ainda são equivalentes aos de empresas de grande porte – principalmente nas áreas jurídica, relações com investidores e contabilidade.

No âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial, encontramos algumas dificuldades no final de 2021 para o cumprimento de alguns compromissos dentro do prazo estabelecido. Fato este motivado pela dificuldade na liberação de depósitos judiciais de negociações já encerradas e liquidadas. Um outro evento importante a ser ressaltado foi o sucesso da negociação tributária obtida junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) baseado na nova Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 14.112/2020). Antes da mudança da legislação, não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em crise. Agora, pela nova lei, elas podem escolher entre duas modalidades de parcelamento: em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 2.382, editada pela PGFN, podendo prever prazo de pagamento de até 120 meses, com desconto de até 70% sobre juros e multas. Nosso acordo com a PGFN possibilitou uma redução total dos débitos no valor de R\$ 1,4 bilhões, sendo o saldo de R\$ 950 milhões a pagar parcelado em 120 meses.

Este ano de 2022 já começou com uma agenda intensa dedicada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Estamos focados na negociação com credores concursais, extra concursais e na liberação de depósitos judiciais que montam aproximadamente R\$ 200 MM, os quais serão integralmente utilizados para liquidação de credores e na manutenção do capital de giro da empresa. Com relação à expectativa de mercado para 2022, com o objetivo de promover o soerguimento da empresa nos próximos 5 anos, esperamos que os projetos de Concessões e PPPs leiloados durante o ano de 2021, tenham seus contratos assinados e iniciem a estruturação dos financiamentos necessários para dar início às obras e a compra de serviços e equipamentos. Entendemos que os setores de (i) Energia - na construção de novos projetos e na reforma de usinas hidroelétricas e termoeletricas se intensifiquem; (ii) Óleo & Gás - com a construção de novas plataformas e reforma de refinarias, (iii) Ferrovias - com a possibilidade de fornecimento de vagões e,

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2021**

por fim, (iv) Saneamento Industrial - na formação de parcerias para entrarmos no fornecimento de equipamentos e serviços.

Recentemente divulgamos Fato Relevante dando conhecimento ao Mercado que abrimos o processo de leilão para alienação das UPI's IPM e IOG, com data prevista de abertura das propostas para o dia 28/04/2022 às 15 hs. O processo competitivo dar-se-á através de um modelo de *stalking horse*, uma vez que recebemos uma proposta firme de um Fundo americano chamado Melville Capital Group, no valor de US\$ 125,000,000, equivalente a aprox. R\$ 600 milhões.

Agradecemos a confiança de todos que tem nos ajudado e apoiado na conclusão do Plano de Recuperação Judicial.

Um forte abraço,  
Ricardo Aquino Filho

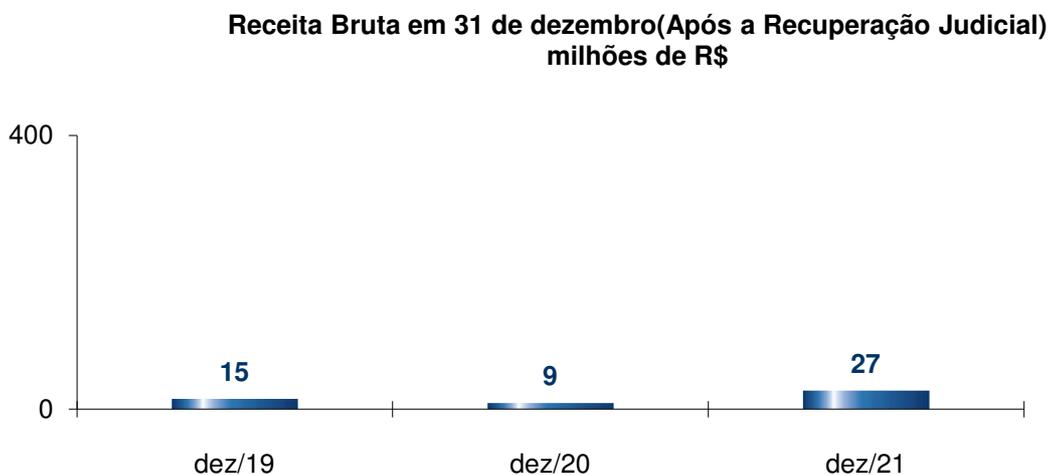
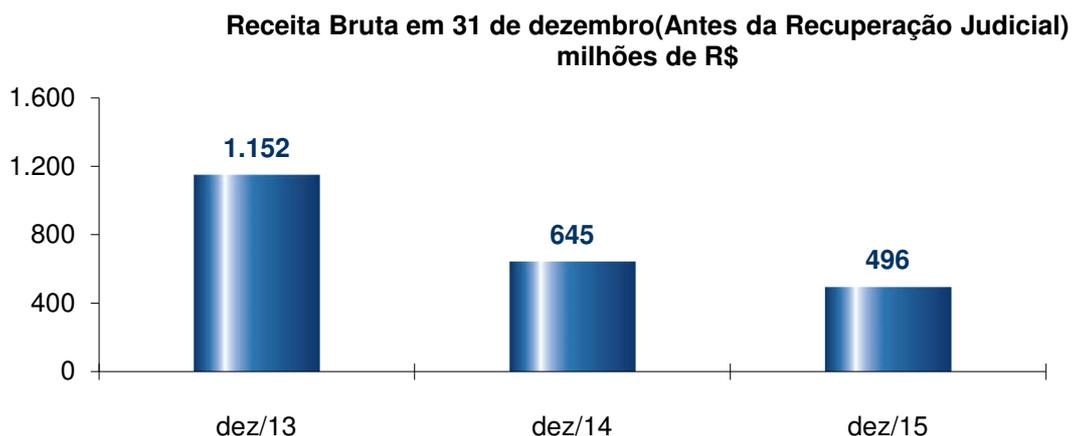
**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2021**

**Desempenho 2021**

**Fontes de receita**

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços. A Companhia reportou em 2021 uma receita bruta de R\$ 27,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2021 foi aproximadamente 300% (superior) ao mesmo período do ano anterior (2020). Nos últimos dois anos as receitas vêm apresentando a seguinte evolução:



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial  
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

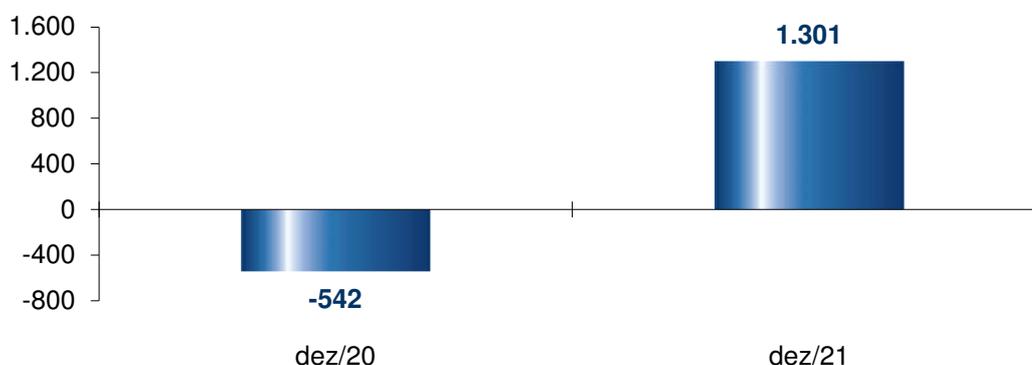
### Caixa e Equivalentes

A Companhia terminou 2021 com Caixa e Equivalentes com valor de R\$10.3 milhões contra R\$ 0,3 milhões referente ao período anterior. Situação desconfortável se considerar a recuperação judicial das Organizações Inepar para financiar a expansão vislumbrada pela Companhia e potenciais desafios frente ao ano de 2022.

### Resultado Econômico

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 1.3 bilhões em 2021, enquanto que no exercício anterior foi apurado prejuízo de R\$ 542,0 milhões, isto se deveu ao acordo assinado com a PGFN em dezembro de 2021 da Transação Individual, que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

Lucro Líquido/(Prejuízo dos exercícios) em 31 de dezembro  
milhões de R\$



O lucro líquido apurado em 2021 será aproveitado para absorção de prejuízos acumulados.

### Transação Tributária e Perspectivas Futuras

Nos últimos ITR's e Balanços, a Companhia vinha informando ao Mercado, seus acionistas, colaboradores e parceiros que os resultados negativos apresentados se deviam principalmente em função das rígidas regras contábeis vigentes que não permitem a contabilização de determinados ativos ou ganhos.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Exemplo disso era a dívida tributária em negociação com a PGFN, cujas reduções eram conhecidas em função do teor das Portarias que regem as regras da Transação Tributária, porém não conseguíamos refletir isso no nosso Balanço enquanto a Transação não fosse efetivamente homologada.

Ao final de 2021, a Companhia atingiu esse importante objetivo com a homologação tendo sido efetivada, o que gerou ganhos contábeis da ordem de R\$ 1,358 bilhões, contribuindo decisivamente para o resultado positivo de R\$ 1,301 bilhões em 2021.

Há ainda outros ajustes importantes dessa mesma natureza que estarão mais bem explicados ao longo dessa mensagem e principalmente no Balanço Gerencial Projetado que apresentaremos mais abaixo.

Apresentamos a seguir uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 31/12/2021 com os valores dos ativos (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) da valorização do ativo no Estaleiro CBD em função dos investimentos realizados pela Petrobras no Estaleiro e que passarão a fazer parte integrante do imóvel conforme reza o contrato de locação de longo prazo. Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial  
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### Balanco Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/12/2021	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.386	10.386
Contas a receber de clientes	4.570	4.570
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	8.936	8.936
Impostos a recuperar	79.000	79.000
Dividendos a receber	15.696	15.696
Outros créditos	6.906	6.906
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>125.503</b>	<b>125.503</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber de clientes	122.881	122.881
Partes relacionadas	14.011	14.011
Títulos a receber	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	688	656.765
Impostos a recuperar	89.454	246.872
Depósitos judiciais	278.320	278.320
Outros créditos	6.604	893.835
Investimentos	249.199	499.199
Imobilizado	218.719	218.719
Intangível	393.828	393.828
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.381.478</b>	<b>3.332.204</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.506.981</b>	<b>3.457.707</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2021**

<b>PASSIVO</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Balanco Projetado</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	71.325	71.325
Financiamentos e empréstimos	355.788	355.788
Debêntures	13.907	13.907
Salários e encargos sociais	149.654	149.654
Impostos e contribuições a recolher	176.161	176.161
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	34.803	34.803
Títulos a pagar	87.257	87.257
Outras contas a pagar	136.919	136.919
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.029.155</b>	<b>1.029.155</b>
<b>Não Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	249.613	249.613
Debêntures	227.310	227.310
Salários e encargos sociais	2.404	2.404
Impostos e contribuições a recolher	897.305	897.305
Partes relacionadas	128.686	128.686
Impostos diferidos	96.359	752.347
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	110.816	110.816
Provisão para passivo a descoberto	7.657	7.657
Outras contas a pagar	16.044	16.044
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.738.497</b>	<b>2.394.485</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Participação dos minoritários</b>	15.840	15.840
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>		
Capital social	437.531	437.531
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	24.422	214.922
Debêntures perpétuas	318.830	318.830
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.098.093)	(1.993.855)
Ajuste de avaliação patrimonial	846.666	846.666
	<b>(1.276.511)</b>	<b>18.227</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.260.671)</b>	<b>34.067</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.506.981</b>	<b>3.457.707</b>

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

### **Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado**

**01-** No Balanço Patrimonial de 31/12/2021, a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos.

**02-** As linhas de investimentos tiveram um aumento devido às benfeitorias realizadas pela Petrobrás nas instalações do Estaleiro CBD, cuja nossa participação é de aprox. 50%.

Este Estaleiro está alugado para a Petrobrás a longo prazo e, conforme contrato, todas as benfeitorias e equipamentos instalados no imóvel serão incorporados ao mesmo.

**03-** Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aprox. R\$ 1,040 bi. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 50% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%

Também na rubrica de Outros Créditos temos os ativos (claims) em discussão fora do FIDC, de aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2021**

### **A Evolução do Plano de Recuperação Judicial**

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em 17/12/2021, em complemento às propostas de pagamento anteriormente apresentadas no Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia apresentou uma nova proposta que visa o encerramento da Recuperação Judicial, com o

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21,3</b>	<b>R\$ 376,2</b>	<b>R\$ 397,5</b>	<b>R\$ 2.276,7</b>

pagamento das dívidas concursais apontadas no primeiro biênio da Recuperação Judicial, bem como o pagamento de credores extraconcursais e capital de giro necessário ao processo de soerguimento da Companhia.

Esta proposta baseia-se na liberação de penhoras e bloqueios judiciais da ordem de R\$ 200 milhões, sendo parte dos valores o depósito judicial feito pela TUPI/PNBV relativo à segunda parcela da Arbitragem já amplamente discutida nos relatórios anteriores.

Outro aspecto importante é que como dívida concursal hoje, somente resta o BNDES, e que continuamos na busca de uma solução da dívida junto ao Banco, que permita a continuidade da nossa operação e o soerguimento da empresa, fundamental para o pagamento desta e outras dívidas extraconcursais.

Vale salientar que até o momento a empresa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe II de R\$ 151 milhões e na Classe III de R\$ 741 milhões).

Estamos em discussão com o BNDES relativo à dívida total, bem como em relação ao valor a ser quitado dentro do biênio para encerramento da Recuperação Judicial.

### **Da Continuidade das operações**

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar efetivaram diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018; (vii) Venda do imóvel localizado no município de São Vicente e (viii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas;
- e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2021**

Nesse sentido, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que fixou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.  
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.  
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões.
- g) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

Ressalta-se que a administração dispõe de relatórios pormenorizados quantitativos e qualitativos destes ativos, que não foram incluídos na contabilização do Balanço ora auditado pelos auditores independentes.

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infraestrutura.

Por fim, destacamos que o cumprimento do Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 17/12/2021, será fundamental para o soerguimento da empresa, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

### **AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2021**

informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

O foco do presente Relatório da Administração foi o desempenho e os principais desenvolvimentos realizados pela Inepar no ano de 2021. Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, deve-se consultar o Formulário de Referência disponível no site da Inepar ([www.inepar.com.br](http://www.inepar.com.br)) e no site da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

**AGRADECIMENTOS**

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos seus colaboradores, por todo o empenho dispensado ao longo do ano, bem como aos seus clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido em 2021.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<b>ATIVO</b>	Nota	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	22	21	10.386	304
Contas a receber de clientes	6	379	378	4.570	501.513
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	8.936	5.832
Títulos a receber	9	-	-	-	12
Tributos a Recuperar	10	4.769	4.798	79.000	26.061
Dividendos a receber		-	-	15.696	73
Outros créditos	11	4.863	9.509	6.906	15.165
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>10.042</b>	<b>14.715</b>	<b>125.503</b>	<b>548.969</b>
<b>Não Circulante</b>					
Contas a receber de clientes	6	33.414	482	122.881	482
Partes relacionadas	21	253.645	339.977	14.011	8.579
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a Recuperar	10	30.873	12.386	89.454	33.696
Depósitos judiciais	30	77.345	82.569	278.320	135.821
Outros créditos	11	-	28.482	6.604	29.146
Investimentos	12	463.081	325.839	249.199	248.282
Imobilizado	13	78.849	81.898	218.719	220.419
Intangível	14	391.513	391.513	393.828	395.925
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.336.494</b>	<b>1.270.920</b>	<b>1.381.478</b>	<b>1.080.812</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.346.536</b>	<b>1.285.635</b>	<b>1.506.981</b>	<b>1.629.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		30.826	32.170	71.325	91.369
Instituições financeiras	15	185.794	161.524	355.788	376.546
Debêntures	16	13.907	42.964	13.907	42.964
Obrigações Sociais e Trabalhistas		11.095	11.317	149.654	187.614
Obrigações Fiscais e Tributárias	17	86.510	729.886	176.161	1.395.465
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	18	-	-	-	126.297
Adiantamentos de clientes	19	-	-	34.803	38.735
Títulos a pagar		87.257	9.878	87.257	9.878
Outras contas a pagar	24	47.397	128.842	136.919	223.649
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>466.103</b>	<b>1.119.898</b>	<b>1.029.155</b>	<b>2.495.858</b>
<b>Não Circulante</b>					
Instituições financeiras	15	249.613	263.414	249.613	263.414
Debêntures	16	227.310	194.549	227.310	194.549
Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	-	2.404	2.577
Obrigações Fiscais e Tributárias	17	499.472	28.617	897.305	233.083
Partes relacionadas	21	438.472	434.183	128.686	81.352
Tributos diferidos	20.1	36.543	26.735	96.359	55.685
Títulos a pagar		-	-	14.960	-
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	32.620	636.098	110.816	865.721
Provisão para passivo a descoberto	23	670.611	1.153.544	7.657	7.085
Outras contas a pagar	24	-	1.282	1.084	2.274
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>2.156.944</b>	<b>2.740.725</b>	<b>1.738.497</b>	<b>1.708.043</b>
<b>Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto) da Controladora</b>					
Capital social	25	437.531	429.211	437.531	429.211
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação		24.422	25.571	24.422	25.571
Debêntures perpétuas		318.830	319.014	318.830	319.014
Créditos quirografários a converter		16.914	31.837	16.914	31.837
Prejuízos acumulados		(3.098.093)	(4.391.847)	(3.098.093)	(4.391.847)
Ajuste de avaliação patrimonial		846.666	834.007	846.666	834.007
		<b>(1.276.511)</b>	<b>(2.574.988)</b>	<b>(1.276.511)</b>	<b>(2.574.988)</b>
<b>Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	15.840	868
<b>Total do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto</b>		<b>(1.276.511)</b>	<b>(2.574.988)</b>	<b>(1.260.671)</b>	<b>(2.574.120)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido(Passivo a Descoberto)</b>		<b>1.346.536</b>	<b>1.285.635</b>	<b>1.506.981</b>	<b>1.629.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita Operacional Bruta</b>	-	-	<b>27.153</b>	<b>9.535</b>
Deduções e impostos sobre vendas	-	-	(2.768)	(1.854)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	27	-	<b>24.385</b>	<b>7.681</b>
Custos dos produtos e serviços	-	-	(15.801)	(5.287)
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	<b>8.584</b>	<b>2.394</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>	<b>1.352.449</b>	<b>(364.647)</b>	<b>1.408.203</b>	<b>(270.613)</b>
Despesas com vendas	-	-	(2.591)	(2.512)
Perdas no recebimento de crédito com clientes	(747)	(18.238)	(6.341)	(19.432)
Administrativas e gerais	(40.252)	(30.117)	(91.366)	(71.380)
Provisões para contingências	(11.112)	(472.868)	(37.956)	(485.241)
Outras receitas e despesas operacionais	29	788.686	44.911	1.547.446
Provisões de perdas sobre investimentos	-	(23)	-	(23)
Resultado da avaliação de investimentos	12	615.874	111.688	(989)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.352.449</b>	<b>(364.647)</b>	<b>1.416.787</b>	<b>(268.219)</b>
Despesas financeiras	28	(81.457)	(169.303)	(171.931)
Receitas financeiras	28	7.270	6.174	43.957
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda</b>	<b>1.278.262</b>	<b>(527.776)</b>	<b>1.288.813</b>	<b>(498.607)</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.2	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	8.756	(15.010)	13.141
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo do Exercício)</b>	<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>	<b>1.301.954</b>	<b>(488.770)</b>
<b>Atribuído a:</b>				
<b>Participação dos acionistas controladores</b>			<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>
<b>Participação dos acionistas não-controladores</b>			<b>14.936</b>	<b>54.016</b>
			<b>1.301.954</b>	<b>(488.770)</b>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	103.546.495	5.047.172		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	63.136.160	3.156.808		
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	7.440	(63.710)		
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	8.184	(70.081)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido / (Passivo a Descoberto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumu- lados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Ajuste de Avaliação Patrimonial			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladoras	Participação dos Não Controlado- res no Patr.Liq. das Controladas	Total Patrimônio Líquido
	Subscrito		Reservas de Capital	Ações em Tesouraria				Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2020</b>	412.484	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.853.431)	335.741	99.157	31.188	47.868	794.528	(1.963.549)	(52.449)	(2.015.998)
Prejuízo do exercício					(542.786)						(542.786)	54.016	(488.770)
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )					3.694						3.694		3.694
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( PENTA )					13						13		13
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										4.557	4.557		4.557
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	610	610
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas									(9.597)	(9.597)	(9.597)	(1.309)	(10.906)
<b>Outros resultados abrangentes</b>											<b>(5.040)</b>	<b>(699)</b>	<b>(5.739)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>											<b>(544.119)</b>	<b>53.317</b>	<b>(490.802)</b>
Aumento de capital - 347ª RCA de 31/01/2020	2.625					(2.625)					-		-
Aumento de capital - 348ª RCA de 03/07/2020	13.986					(13.986)					-		-
Aumento de capital - 351ª RCA de 13/11/2020	116					(116)					-		-
<b>Transações de capital com os Sócios</b>											-	-	-
Debêntures a converter							(67.320)				(67.320)		(67.320)
Realização da reserva reavaliação					5.617			(5.617)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					3.349				(3.349)		-		-
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>429.211</b>	<b>(3.073)</b>	<b>180.292</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(4.383.544)</b>	<b>319.014</b>	<b>31.837</b>	<b>25.571</b>	<b>44.519</b>	<b>789.488</b>	<b>(2.574.988)</b>	<b>868</b>	<b>(2.574.120)</b>
Lucro líquido do exercício					1.287.018						1.287.018	14.936	1.301.954
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )					4.161						4.161		4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									259	259	259		259
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	36	36
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas									13.826	13.826	13.826	-	13.826
<b>Outros resultados abrangentes</b>											<b>14.085</b>	<b>36</b>	<b>14.121</b>
<b>Resultado abrangente total</b>											<b>1.305.264</b>	<b>14.972</b>	<b>1.320.236</b>
Aumento de capital - 353ª RCA de 30/03/2021	473					(473)					-		-
Aumento de capital - 354ª RCA de 07/05/2021	2.957					(2.957)					-		-
Aumento de capital - 360ª RCA de 29/10/2021	4.890					(4.889)					1		1
<b>Transações de capital com os Sócios</b>											<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Debêntures a converter						8.135	(14.923)				(6.788)		(6.788)
Realização da reserva reavaliação					1.149			(1.149)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					1.426				(1.426)		-		-
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>437.531</b>	<b>(3.073)</b>	<b>180.292</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(3.089.790)</b>	<b>318.830</b>	<b>16.914</b>	<b>24.422</b>	<b>43.093</b>	<b>803.573</b>	<b>(1.276.511)</b>	<b>15.840</b>	<b>(1.260.671)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>
Ajuste patrimonial reflexo de investida	4.161	3.707
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	259	4.557
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	35	610
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas	13.826	(10.906)
Participação dos acionistas não controladores	14.937	54.016
<b>Resultado Abrangente do exercício</b>	<b>1.320.236</b>	<b>(490.802)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>	<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.049	3.257	9.564	19.056
Alienação de imobilizado/investimentos	-	34.136	13.961	46.750
Resultado da avaliação de investimentos	(615.874)	(111.688)	990	16.464
Participação de acionistas não controladores	-	-	(14.936)	(54.016)
Variações monetárias e cambiais	39.389	145.683	83.424	189.724
Provisões (Reversões)	(603.348)	376.984	(881.201)	342.439
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	7.711
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>110.234</b>	<b>(94.291)</b>	<b>498.820</b>	<b>25.465</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	(32.932)	8.171	374.543	(366.073)
Estoques	-	-	(3.104)	1.528
Títulos a receber	-	-	12	(12)
Tributos a recuperar	(18.458)	19.386	(108.696)	40.245
Despesas antecipadas	-	15	-	15
Outros créditos	38.351	(71.423)	(111.699)	(65.930)
	<b>(13.039)</b>	<b>(43.851)</b>	<b>151.056</b>	<b>(390.227)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	(1.344)	2.201	(20.044)	(24.275)
Obrigações sociais e trabalhistas	(222)	(20.555)	(38.133)	(227.654)
Obrigações fiscais e tributárias	(172.520)	74.129	(555.082)	566.220
Provisão para impostos diferidos	9.808	(4.232)	40.674	(48.110)
Adiantamentos de clientes	-	-	(3.932)	(110.058)
Títulos a pagar	(8.876)	(3.371)	6.084	(3.371)
Outras contas a pagar	3.528	(6.764)	28.244	101.707
	<b>(169.626)</b>	<b>41.408</b>	<b>(542.189)</b>	<b>254.459</b>
<b>TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(72.431)</b>	<b>(96.734)</b>	<b>107.687</b>	<b>(110.303)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	65	-
Aquisições de novos investimentos	(11)	(400)	(14.847)	(1.000)
Ganho sobre participações societárias	-	-	2.245	(9.115)
Títulos e Valores Mobiliários	-	5.756	-	6.356
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(19.726)	(235)
Operações de mútuos com empresas ligadas	86.331	70.875	(5.433)	59.304
<b>TOTAL DO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>86.320</b>	<b>76.231</b>	<b>(37.696)</b>	<b>55.310</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	15.726	6.200	33.543
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(18.177)	(8.301)	(113.443)	(16.417)
Operações de mútuos com empresas ligadas	4.289	13.079	47.334	37.596
<b>TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(13.888)</b>	<b>20.504</b>	<b>(59.909)</b>	<b>54.722</b>
<b>TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10.082</b>	<b>(271)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	21	20	304	575
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	22	21	10.386	304
<b>TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10.082</b>	<b>(271)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

### Demonstração do Valor Adicionado

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>RECEITAS</b>	<b>1.776.790</b>	<b>(410.865)</b>	<b>2.575.145</b>	<b>121.892</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	26.772	9.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(747)	(18.239)	(6.341)	(18.806)
Outras receitas / despesas	1.777.537	(392.626)	2.554.714	131.468
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(21.876)</b>	<b>(20.389)</b>	<b>(115.634)</b>	<b>(150.554)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(9.689)	(4.016)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.876)	(20.389)	(105.945)	(146.538)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.754.914</b>	<b>(431.254)</b>	<b>2.459.511</b>	<b>(28.662)</b>
Depreciação e amortização	(3.049)	(3.257)	(9.564)	(18.486)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>1.751.865</b>	<b>(434.511)</b>	<b>2.449.947</b>	<b>(47.148)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>623.144</b>	<b>117.862</b>	<b>42.968</b>	<b>(9.194)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	615.874	111.688	(989)	(16.464)
Receitas financeiras	7.270	6.174	43.957	7.270
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>2.375.009</b>	<b>(316.649)</b>	<b>2.492.915</b>	<b>(56.342)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>	<b>15.026</b>	<b>6.285</b>	<b>26.475</b>	<b>17.382</b>
Salários e encargos	13.168	6.216	19.853	12.667
Benefícios	1.858	69	4.999	3.114
FGTS	-	-	1.623	1.601
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>991.207</b>	<b>50.364</b>	<b>991.817</b>	<b>176.766</b>
Federais	991.207	50.364	990.405	175.946
Estaduais	-	-	1.406	813
Municipais	-	-	6	7
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>81.758</b>	<b>169.488</b>	<b>172.669</b>	<b>238.280</b>
Juros	81.457	169.303	171.931	237.658
Alugueis	301	185	738	622
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>1.287.018</b>	<b>(542.786)</b>	<b>1.301.954</b>	<b>(488.770)</b>
Lucros à disposição da assembleia	1.287.018	-	1.287.018	-
Prejuízo do exercício	-	(542.786)	-	(542.786)
Participação de acionistas minoritários	-	-	14.936	54.016
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>2.375.009</b>	<b>(316.649)</b>	<b>2.492.915</b>	<b>(56.342)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Por fim, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que determinou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontestado dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo devido incontestado fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21,3</b>	<b>R\$ 376,2</b>	<b>R\$ 397,5</b>	<b>R\$ 2.276,7</b>

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

#### **NOTA 1.2 – COVID-19**

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

## **NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### **2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:**

**a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora-** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas-**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **NOTA 3—RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.3. Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**3.4. Conversões em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

**3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

**3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

**3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

**3.8. Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**3.9. Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

**3.10. Imobilizado:** A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

**3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

**3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

**3.14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

**3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil.** A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.18. Participações nos Lucros e Resultados:** Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

**3.19. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

**3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

**3.21. Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

**3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

### **3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

#### **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

**a) Considerações gerais-** A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado -** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

**Risco de crédito-** A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

**Riscos de taxas de juros-** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

**Riscos de taxas de câmbio-** A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

**Risco de liquidez-** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

**Gestão de risco de capital-** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Análise de Sensibilidade**  
**Exposição Cambial-Consolidado**

- A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Instrumentos Financeiros por Categoria:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	21	-	21	Fornecedores	32.170	32.170
Contas a receber	-	378	378	Empréstimos e financ.	161.524	161.524
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	42.964	42.964
Outros créditos	-	9.509	9.509	Títulos a pagar	9.878	9.878
				Outras contas a pagar	128.842	128.842
<b>Total circulante</b>	<b>21</b>	<b>9.896</b>	<b>9.917</b>	<b>Total circulante</b>	<b>375.378</b>	<b>375.378</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financ.	263.414	263.414
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.282	1.282
Outros créditos	-	28.482	28.482			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>36.738</b>	<b>36.738</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>264.696</b>	<b>264.696</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21</b>	<b>46.634</b>	<b>46.655</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>640.074</b>	<b>640.074</b>

Ativos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	22	-	22	Fornecedores	30.826	30.826
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	185.794	185.794
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	13.907	13.907
Outros créditos	-	4.863	4.863	Títulos a pagar	87.257	87.257
				Outras contas a pagar	47.397	47.397
<b>Total circulante</b>	<b>22</b>	<b>5.251</b>	<b>5.273</b>	<b>Total circulante</b>	<b>365.181</b>	<b>365.181</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	33.414	33.414	Empréstimos e financ.	249.613	249.613
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>41.188</b>	<b>41.188</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>249.613</b>	<b>249.613</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22</b>	<b>46.439</b>	<b>46.461</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>614.794</b>	<b>614.794</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	128	-	128	Fornecedores	91.369	91.369
Aplicações financeiras	176	-	176	Empréstimos e financiam.	376.546	376.546
Contas a receber	-	501.513	501.513	Debêntures	42.964	42.964
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	9.878	9.878
Outros créditos	-	15.165	15.165	Outras contas a pagar	223.649	223.649
<b>Total circulante</b>	<b>304</b>	<b>516.687</b>	<b>516.991</b>	<b>Total circulante</b>	<b>744.406</b>	<b>744.406</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	263.414	263.414
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	2.274	2.274
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	29.146	29.146			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>38.090</b>	<b>38.090</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>265.688</b>	<b>265.688</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>304</b>	<b>554.777</b>	<b>555.081</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.010.094</b>	<b>1.010.094</b>

Ativos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	10.201	-	10.201	Fornecedores	71.325	71.325
Aplicações financeiras	185	-	185	Empréstimos e financiam.	355.788	355.788
Contas a receber	-	4.570	4.570	Debêntures	13.907	13.907
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	87.257	87.257
Outros créditos	-	6.906	6.906	Outras contas a pagar	136.919	136.919
<b>Total circulante</b>	<b>10.386</b>	<b>11.485</b>	<b>21.871</b>	<b>Total circulante</b>	<b>665.196</b>	<b>665.196</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	122.881	122.881	Empréstimos e financiam.	249.613	249.613
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.084	1.084
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.604	6.604			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>137.947</b>	<b>137.947</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>250.697</b>	<b>250.697</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.386</b>	<b>149.432</b>	<b>159.818</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>915.893</b>	<b>915.893</b>

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

**NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	-	-	10.201	128
Aplicação financeira	22	21	185	176
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>10.386</b>	<b>304</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

**NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes interno (a)	53.039	12.855	192.726	67.562
Clientes externo (b)	-	-	2.589	501.549
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(19.246)	(11.995)	(67.864)	(67.116)
	<u>33.793</u>	<u>860</u>	<u>127.451</u>	<u>501.995</u>
Circulante	379	378	4.570	501.513
Não circulante	33.414	482	122.881	482

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno R\$ 33.793 e R\$ 127.451, na controladora e no consolidado, respectivamente, correspondem a claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre este montante, foi reconhecido no resultado do semestre o montante de R\$ 77.232, líquido do provisionamento dos impostos.

Este estágio dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

b) No valor de R\$ 501.549 em 31/12/2020 no consolidado, encontra-se os montantes dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme decisão da corte arbitral de Nova York, conforme mencionado em fato relevante ao mercado em 31/03/2021

Neste 1º semestre de 2021 foram recebidos os valores referentes a arbitragem, sendo que a 2ª parcela foi depositada em juízo pela TUPI/PNBV, devido os pedidos de bloqueios do consórcio de bancos (Haitong/Banrisul e CCB).

**NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Titulos diversos	9	9	697	697
	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>697</u>	<u>697</u>
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 8 - ESTOQUES**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Produtos em elaboração	2.751	1.436
Insumos e materiais	4.505	4.396
Adiantamentos a fornecedores	1.636	-
Importações em andamento	44	-
	<b>8.936</b>	<b>5.832</b>

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

**NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.786
	<b>7.774</b>	<b>7.774</b>	<b>7.774</b>	<b>7.786</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	12
<b>Não Circulante</b>	7.774	7.774	7.774	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

**NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	42	50.691	158
ICMS a recuperar	53	52	990	1.882
IPI a recuperar	974	974	1.296	1.199
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	556	573
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	309	157
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	22.568	8.921	65.641	24.614
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	8.129	3.211	23.636	8.829
Demais créditos (c)	3.779	3.859	25.335	22.345
	<b>35.642</b>	<b>17.184</b>	<b>168.454</b>	<b>59.757</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.769</b>	<b>4.798</b>	<b>79.000</b>	<b>26.061</b>
<b>Não circulante</b>	<b>30.873</b>	<b>12.386</b>	<b>89.454</b>	<b>33.696</b>

a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

**NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a Empregados	183	31	1.093	980
Gerdau S/A	-	355	-	355
Contas a receber - Venda de ativos (a)	4.680	37.605	4.681	37.605
Outros (b)	-	-	7.735	5.371
<b>Total</b>	<b>4.863</b>	<b>37.991</b>	<b>13.510</b>	<b>44.311</b>
Circulante	4.863	9.509	6.906	15.165
Não circulante	-	28.482	6.604	29.146

- a) Refere-se aos valores a receber pela venda do imóvel de Curitiba.
- b) No saldo de R\$ 7.735 no consolidado em 31/12/2021 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

**NOTA 12 - INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação em controladas/coligadas (a)	463.081	325.839	205.146	204.229
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	<b>463.081</b>	<b>325.839</b>	<b>249.199</b>	<b>248.282</b>

**Participações em Controladas e Coligadas**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2020
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	862.588	1.960.131	227.415	(1.097.543)	100,00%	-	227.415
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	795.722	468.393	(18.442)	327.329	47,07%	154.074	(8.680)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.909	11.624	(105)	171.285	100,00%	171.285	(105)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	228.909	276.614	(106.059)	(47.705)	100,00%	-	(106.059)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-
Fidc Tarânis	619.743	4.462	(4.899)	615.281	18,00%	480	(883)
						<b>325.839</b>	<b>111.688</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da	
							Líquido	Participação
							31/12/2021	31/12/2020
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	664.148	1.325.932	436.369	(661.784)	100,00%	-	436.369	227.415
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.615	(4.619)	(8.680)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.657	11.762	609	171.896	100,00%	171.896	609	(105)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.593	103.504	184.793	137.089	100,00%	137.089	184.793	(106.059)
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100,00%	-	(2.139)	-
Enisa Energia e Infraestrutura	10	22	(22)	(12)	99,00%	-	(22)	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.312	4	4	18.308	0,01%	1	0	-
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	883	(883)
						<b>463.081</b>	<b>615.874</b>	<b>111.688</b>

**a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95,00)
QUIP S.A.	129.571	173.368	(59.225)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	1.859	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	60	-	(56)	(4)	35,00%	-	(19)
FIDC ( iv )	-	-	-	-	0,00%	-	880
Companhia Brasileira de Diques S.A.	795.721	449.949	(12.517)	345.772	47,07%	154.074	(9.562)
						<b>204.229</b>	<b>(16.464)</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
FIDC ( iv )	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.616	(1.336)
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100,00%	14.736	-
						<b>205.146</b>	<b>(990)</b>

	Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
	(em milhares)			
	O . N.	P. N.	em %	no capital votante em %
<b>Controladas/Coligadas</b>				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. Tendo em vista que essa controlada apresenta Passivo a Descoberto em 30/06/2021, a Companhia constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

Na sociedade controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, foi constituída provisão para passivo à descoberto da investida IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S/A, haja vista que, indiretamente, possui 100% de participação no capital da investida.

**(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A:** Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

**(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda:** Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

**(iv) FIDC Tarânis:** em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

**b) Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**.Outros investimentos-** O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

**NOTA 13 – IMOBILIZADO**

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outros	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensilios	Ferramentas	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(86.890)	(6.320)	(14)	39.466	(9)	(1.767)	(55.533)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>68.778</b>	<b>373</b>	<b>7</b>	<b>326</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>81.898</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.936)	(82)	(4)	(23)	(0)	-	(3.049)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>10.188</b>	<b>65.838</b>	<b>291</b>	<b>3</b>	<b>303</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>78.849</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(89.830)	(6.402)	(18)	39.443	(9)	(1.767)	(58.583)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>65.838</b>	<b>291</b>	<b>3</b>	<b>303</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>78.849</b>
<b>Consolidado</b>								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensilios	Ferramentas	de Informática	Imobilizações	
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>								
Custo	17.400	178.833	92.193	4.879	(36.846)	13.784	83.759	354.002
Depreciação Acumulada	-	(92.412)	(60.924)	(4.367)	38.631	(11.888)	(2.624)	(133.583)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>17.400</b>	<b>86.421</b>	<b>31.269</b>	<b>512</b>	<b>1.785</b>	<b>1.896</b>	<b>81.135</b>	<b>220.419</b>
Adições	-	-	19.724	-	-	5	-	19.729
Baixas	-	-	(34.557)	(194)	-	-	-	(34.751)
Depreciação	-	(3.244)	(2.186)	(171)	(140)	(890)	-	(6.631)
Baixas da Depreciação	-	-	20.638	151	-	-	-	20.789
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>17.400</b>	<b>83.273</b>	<b>33.960</b>	<b>297</b>	<b>1.644</b>	<b>1.010</b>	<b>81.135</b>	<b>218.719</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>								
Custo	17.400	180.542	75.626	4.685	(36.846)	13.789	83.759	338.952
Depreciação Acumulada	-	(97.269)	(41.666)	(4.388)	38.490	(12.780)	(2.626)	(120.238)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>17.400</b>	<b>83.273</b>	<b>33.960</b>	<b>297</b>	<b>1.644</b>	<b>1.010</b>	<b>81.135</b>	<b>218.719</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

**Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

## **NOTA 14 – INTANGÍVEL**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>

CONSOLIDADO	Consolidado				
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>					
Custo	247	937	34.064	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(942)	(29.659)	-	(30.848)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>4.417</b>	<b>391.513</b>	<b>395.925</b>
Amortização	-	(530)	(1.568)	-	(2.098)
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>(535)</b>	<b>2.850</b>	<b>391.513</b>	<b>393.828</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(1.472)	(31.227)	-	(32.946)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>(535)</b>	<b>2.850</b>	<b>391.513</b>	<b>393.828</b>

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

**NOTA 15 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções:** A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

**Cronograma de Amortização**

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

**NOTA 17- OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Parcelamento Transação Individual PGFN ( a )	527.442	-	950.615	-
Parcelamento Excepcional ( b )	-	29.124	-	250.355
ICMS a recolher	41.064	40.657	55.321	54.838
Inss a recolher	69	211.762	2.796	270.504
Pis/Cofins Diferidos	5.935	-	27.892	-
ISS a recolher/Parcelamentos	8.730	8.440	26.360	25.124
Pis/Cofins a recolher	280	241.241	2.735	314.413
Impostos e Contribuições retidos na fonte	249	36.230	683	37.784
Parcelamento Refis Lei nº 12.996/14 ( c )	-	13.967	-	13.967
IPI a recolher	-	-	-	11.993
IRPJ	-	103.677	-	103.677
Diversos debitos Federais	-	-	-	395.989
Outros	2.213	73.405	7.064	149.904
	<b>585.982</b>	<b>758.503</b>	<b>1.073.466</b>	<b>1.628.548</b>
<b>Circulante</b>	<b>86.510</b>	<b>729.886</b>	<b>176.161</b>	<b>1.395.465</b>
<b>Não circulante</b>	<b>499.472</b>	<b>28.617</b>	<b>897.305</b>	<b>233.083</b>

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas – Transação Individual" conforme detalhado na nota explicativa "29".

- b) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14, estes parcelamentos foram rompidos e transferidos para os demais programas de parcelamentos fiscais.
- c) Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
Custos a Incorrer	-	-	-	126.297
	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>128.600</b>
Circulante	-	-	-	126.297
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

O saldo no valor de R\$126.297 em 31/12/20 no consolidado refere-se, principalmente, a custos processuais da arbitragem internacional contra TUPI BV, este montante já foi liquidado através de retenção sobre o desfecho do processo.

**NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>38.735</b>	<b>148.793</b>
Adições/Baixas	(3.932)	(110.058)
<b>Saldo Final</b>	<b>34.803</b>	<b>38.735</b>

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

**NOTA 20 - TRIBUTOS DIFERIDOS**

**20.1. Tributos Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>12.133</b>	<b>12.133</b>	<b>12.133</b>	<b>14.863</b>	<b>(261)</b>	<b>26.735</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(162)	(162)	(162)	(104)	3	(263)
<b>Em 31 de março de 2021</b>	<b>11.971</b>	<b>11.971</b>	<b>11.971</b>	<b>14.759</b>	<b>(258)</b>	<b>26.472</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	10.056	-	<b>10.056</b>
Baixa dos Tributos	(162)	(162)	(162)	-	3	(159)
<b>Em 30 de junho de 2021</b>	<b>11.809</b>	<b>11.809</b>	<b>11.809</b>	<b>24.815</b>	<b>(255)</b>	<b>36.369</b>
Constituição dos Tributos	474	474	474	-	-	<b>474</b>
Baixa dos Tributos	-	-	-	(104)	3	(101)
<b>Em 30 de setembro de 2021</b>	<b>12.283</b>	<b>12.283</b>	<b>12.283</b>	<b>24.711</b>	<b>(252)</b>	<b>36.742</b>
Constituição dos Tributos	18.413	18.413	-	-	2	<b>2</b>
Baixa dos Tributos	-	-	(105)	(96)	-	(201)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>30.696</b>	<b>30.696</b>	<b>12.178</b>	<b>24.615</b>	<b>(250)</b>	<b>36.543</b>

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>33.444</b>	<b>33.444</b>	<b>12.133</b>	<b>8.528</b>	<b>22.456</b>	<b>12.568</b>	<b>55.685</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(335)	(335)	(162)	(4)	(213)	(61)	(440)
<b>Em 31 de março de 2021</b>	<b>33.109</b>	<b>33.109</b>	<b>11.971</b>	<b>8.524</b>	<b>22.243</b>	<b>12.507</b>	<b>55.245</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	27.605	10.056	-	<b>37.661</b>
Baixa dos Tributos	(334)	(334)	(162)	(4)	(109)	(61)	(336)
<b>Em 30 de junho de 2021</b>	<b>32.775</b>	<b>32.775</b>	<b>11.809</b>	<b>36.125</b>	<b>32.190</b>	<b>12.446</b>	<b>92.570</b>
Constituição dos Tributos	641	641	474	6.224	-	-	<b>6.698</b>
Baixa dos Tributos	(90)	(90)	-	(4)	(213)	(62)	(279)
<b>Em 30 de setembro de 2021</b>	<b>33.326</b>	<b>33.326</b>	<b>12.283</b>	<b>42.345</b>	<b>31.977</b>	<b>12.384</b>	<b>98.989</b>
Constituição dos Tributos	18.975	18.975	-	-	-	2	<b>2</b>
Baixa dos Tributos	(66)	(66)	(105)	(4)	(1.791)	(732)	(2.632)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>52.235</b>	<b>52.235</b>	<b>12.178</b>	<b>42.341</b>	<b>30.186</b>	<b>11.654</b>	<b>96.359</b>

**20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b><u>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</u></b>	<b>1.278.262</b>	<b>(527.776)</b>	<b>1.288.813</b>	<b>(498.607)</b>
<b>IRPJ / CSLL Alíquota Nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
<b><u>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</u></b>				
Adições/Exclusões	218.153	22.964	221.161	43.799
Resultado de Equivalência Patrimonial	(209.397)	(37.974)	(208.020)	(33.962)
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>8.756</b>	<b>(15.010)</b>	<b>13.141</b>	<b>(9.837)</b>
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	8.756	(15.010)	13.141	9.837
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-0,68%</b>	<b>-0,34%</b>	<b>1,02%</b>	<b>0,32%</b>

**NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2021 nas demonstrações financeiras da Controladora:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>Ativo Não Circulante</b>	
	<b>Contas Correntes</b>		<b>Contas Correntes</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	234.115	320.512	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	2.735	2.621
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	17	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	-	3	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	807	-
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.543	5.945
QUIP S.A.	-	-	-	7
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	128	81	-	-
IESA Transportes S.A.	4.104	4.087	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	9.891	-	-
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	3.900	-
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	6	6
Afac Penta Participações S.A.	9.891	-	-	-
	<b>253.645</b>	<b>339.977</b>	<b>14.011</b>	<b>8.579</b>

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>Passivo Não Circulante</b>	
	<b>Contas Correntes</b>		<b>Contas Correntes</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.832	202.032	539	-
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492	-	-
Cia Brasileira de Diques S.A.	709	582	16.035	13.154
Delft Administração e Participações S.A	-	-	3.598	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Inepar Innovida Participações S.A.	-	1	-	1.395
Inepar Innovida Latin America S.A.	-	9	-	9
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	3	-
Inepar DTVM	-	10	10	10
Iesa Óleo & Gás S/A	326	11.342	-	-
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	26.293	17	-
Inepar Administração e Participações S.A.	80.093	38.397	80.093	38.396
IESA Transportes S.A.	-	25	-	-
Demais Empresas	20	-	41	38
	<b>438.472</b>	<b>434.183</b>	<b>128.686</b>	<b>81.352</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Contas Correntes:** A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2020	Monetária	31/12/2021	31/12/2020	Monetária	31/12/2021
<b>Empresas</b>						
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	-	5.945	598	6.543
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	-	17	17
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	1	1	-	3	3
IESA - Óleo & Gás S.A	-	-	-	-	807	807
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	320.512	(86.398)	234.114	-	-	-
IESA Transportes S.A.	4.087	17	4.104	-	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	2.621	114	2.735
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	81	48	129	-	-	-
QUIP S.A	-	-	-	7	(7)	-
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	-	3.900	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	<b>15.297</b>	<b>1</b>	<b>15.298</b>	<b>8.579</b>	<b>4.608</b>	<b>14.011</b>
<b>PASSIVO</b>						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	582	127	709	13.154	2.881	16.035
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	-	3	3
IESA Óleo & Gás S/A	11.342	(11.016)	326	-	-	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	26.293	(26.293)	-	-	17	17
Inepar Administração e Participações S/A	38.396	41.697	80.093	38.396	41.697	80.093
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	202.032	(200)	201.832	-	539	539
Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	-	9	(9)	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	-	3.598	3.598
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	1.395	(1.395)	-
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	46	(26)	20	38	3	41
	<b>434.183</b>	<b>4.289</b>	<b>438.472</b>	<b>81.352</b>	<b>47.334</b>	<b>128.686</b>

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
<b>Saldo Inicial</b>	<b>636.098</b>		<b>242.510</b>		<b>865.721</b>		<b>517.411</b>	
Adições/Baixas	-	603.478	-	393.588	-	754.905	-	348.310
<b>Saldo Final</b>	<b>32.620</b>		<b>636.098</b>		<b>110.816</b>		<b>865.721</b>	

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
<b>Trabalhistas</b>	1.433	23.227	4.494	12.658	124.416	64.772	71.789	66.759
<b>Tributárias</b>	290.033	3.904	291.156	613.649	374.236	21.485	346.414	765.457
<b>Cíveis</b>	142.944	5.489	75.365	9.662	292.794	24.008	170.787	32.832
<b>Outras</b>	-	-	-	129	-	551	-	673
	<b>434.410</b>	<b>32.620</b>	<b>371.015</b>	<b>636.098</b>	<b>791.446</b>	<b>110.816</b>	<b>588.990</b>	<b>865.721</b>

**Trabalhistas:** Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 124.416 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

**Tributárias:** Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

**Cíveis:** Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

**NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO**

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 670.611 (R\$ 1.153.544 em 31/12/2020) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A.

**NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Delft Administração e Participações S.A	-	-	3.112	3.378
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	10.336	22.412	85.381	108.658
Comissões sobre venda de imóveis	189	1.665	189	1.665
Outras contas a pagar (a)	10.966	-	23.415	4.548
Acordos a pagar (b)	22.906	22.904	22.906	24.531
Andritz Hydro S.A. (c)	-	80.143	-	80.143
	<b>47.397</b>	<b>130.124</b>	<b>138.003</b>	<b>225.923</b>
Circulante	47.397	128.842	136.919	223.649
Não circulante	-	1.282	1.084	2.274

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Processo Digital nº 10110111-27.2014.8.26.0037 reconheceu a concursabilidade do crédito a favor da Andritz, que representa R\$ 80.143, em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, tal obrigação foi transferida para a conta de “Títulos a Pagar”, no valor de R\$ 86.255.

**NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 437.531 formado por 103.546.495 ações ordinárias e 63.136.160 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

**b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.
- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

**c) Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

**d) Debêntures Perpétuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 318.830 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.
- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.
- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 84.490. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.
- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 5.410. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,
- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 16.914, que serão utilizadas para as próximas conversões.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Conversões realizadas das debêntures em ações:

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 806.151 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

**e) Créditos quirografários a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

**f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 846.666, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 793.952, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

**g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	522.673	(221.232)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	779.281	(321.554)
	<u>1.301.954</u>	<u>(542.786)</u>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136.160	3.156.808
Quantidade de ações ordinárias emitidas	103.546.495	5.047.172
<b>Total</b>	<u>166.682.655</u>	<u>8.203.980</u>
<b>Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações</b>		
Ação preferencial	8.184	(70.081)
Ação ordinária	7.440	(63.710)

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

**NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	27.153	9.535
(-) Impostos sobre as Vendas	(2.768)	(1.854)
<b>Receita de Vendas</b>	<u>24.385</u>	<u>7.681</u>

**NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(11.288)	(12.400)	(33.529)	(23.331)
Juros / despesas bancárias	(67.387)	(157.920)	(131.584)	(204.824)
Fianças bancárias	-	-	(3)	-
Outras despesas financeiras	(2.782)	1.017	(6.613)	697
Variações cambiais	-	-	(202)	(10.200)
	<b>(81.457)</b>	<b>(169.303)</b>	<b>(171.931)</b>	<b>(237.658)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	28	2
Receitas atualização debêntures	5.989	5.727	5.988	6.150
Juros auferidos	153	234	(661)	332
Variações monetárias ativas	78	-	671	108
Outras receitas financeiras	1.049	212	37.574	570
Variações cambiais	-	-	357	108
	<b>7.270</b>	<b>6.174</b>	<b>43.957</b>	<b>7.270</b>
	<b>(74.187)</b>	<b>(163.129)</b>	<b>(127.974)</b>	<b>(230.388)</b>

**NOTA 29- OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Outras despesas Operacionais</b>				
Impostos sobre Claim's e demais (a)	(3.357)	(409)	(12.740)	(547)
IOF	(438)	(171)	(1.134)	(194)
Custo de aluguel	-	-	(948)	(1.024)
Outras despesas tributárias	-	(34.775)	-	(322.882)
Outras despesas Operacionais	(94.564)	(52.597)	(235.438)	(147.825)
Verbas rescisórias	-	-	(624)	(18.042)
Ociosidade (b)	-	-	(4.151)	(12.962)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(98.359)</b>	<b>(87.952)</b>	<b>(255.036)</b>	<b>(503.476)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Receitas de Claim's (a)	34.405	18.661	154.175	18.661
Reversão de provisões trabalhistas (c)	3.434	14.748	29.998	76.105
Reversão de provisões tributárias (c)	-	63.470	51.064	78.048
Reversão de provisões cíveis (c)	4.173	-	18.660	13.654
Reversão de provisões diversas	-	-	145.522	20.049
Receitas de aluguel	2.677	4.411	7.495	50.635
Recuperação despesas - transação individual (f)	842.356	-	1.358.362	-
Complemento dos valores da Arbitragem (d)	-	-	28.868	498.826
Outras receitas (e)	-	31.573	8.339	71.937
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b>887.045</b>	<b>129.600</b>	<b>1.802.483</b>	<b>827.915</b>
	<b>788.686</b>	<b>41.648</b>	<b>1.547.447</b>	<b>324.439</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se aos valores a receber de diversos processos judiciais, referente aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.
- b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.
- c) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo.
- d) Complemento dos valores recebidos por conta dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto Charqueadas, conforme decisão da Corte Arbitral de Nova York.
- e) No valor de R\$ 54.681 no consolidado, estão incluídos os valores do ressarcimento Pis/Cofins incidentes sobre o ICMS.
- f) Refere-se aos valores da redução dos juros, multas e encargos incidentes sobre o parcelamento efetuado através da Transação Individual, assinado junto a PGFN, por conta da Lei nº 13.988, de 2020 e Portaria PGFN 9.917. que foram parcelados em até 120 parcelas, conforme detalhado na nota explicativa “17”.

**NOTA 30 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Processos Trabalhistas	2.877	2.877	15.157	15.157
Processos Cíveis	71.502	77.985	260.197	118.956
Processos Tributários	2.966	1.707	2.966	1.708
	<u>77.345</u>	<u>82.569</u>	<u>278.320</u>	<u>135.821</u>

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos arbitragem e os valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

**NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)**

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 32 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Salários	7.774	3.311	12.417	27.596
Gastos Previdenciários	5.092	2.370	5.609	5.526
<b>Total</b>	<b>12.865</b>	<b>5.681</b>	<b>18.026</b>	<b>33.122</b>

**NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração de Conselheiros	420	641	759	119
Remuneração de Diretores	2.210	25	4.819	1.533
<b>Total</b>	<b>2.630</b>	<b>666</b>	<b>5.578</b>	<b>1.652</b>

**NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	<b>Geração / Equipamentos</b>	<b>Gás/Modulos/ outros</b>	<b>Total</b>
Receita bruta total	11.385	15.768	27.153
Impostos/Deduções	(2.670)	(98)	(2.768)
Custos dos Produtos e Serviços	(11.870)	(3.931)	(15.801)
<b>Total</b>	<b>(3.155)</b>	<b>11.739</b>	<b>8.584</b>

**NOTA 35 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:**

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;
- d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.
- e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. Este trabalho vem sendo realizado através de uma Consultoria de renome internacional, a Alvarez e Marsal.
- g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais.

**NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

- a) Foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que determinou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.
- b) Em 11 de janeiro de 2022, através da Ata da 363ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital da Companhia em R\$ 26.2 milhões, mediante a emissão de 7.421.613 ações ordinárias, desta forma o capital social da Companhia passou para R\$ 463,8 milhões.
- c) Em 11 de janeiro de 2022, através da Ata da 364ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Ricardo de Aquino Filho,

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Ricardo de Aquino Filho – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Thamiris Cristina Rossi

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Irajá Galliano Andrade

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---



## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**

Curitiba - PR

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para Opinião com Ressalva

#### Limitação de Escopo de Auditoria

##### a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

##### b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e das investidas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (Cia Brasileira de Diques e FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante quando à continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2021, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R\$ 1.301.954 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 903.652 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Ênfases**

#### **Reconhecimento de recebíveis**

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 127.451 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.



## **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos no parágrafo de “ênfase”, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

### **a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível**

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 218.719 e R\$ 393.828 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.

### **b) Débitos Tributários**

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “17”.



## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

## c) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021. O relatório de auditoria foi emitido com ressalva sobre: I – Limitação de confirmações externas de endividamento bancário, II – Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecimento na controlada IESA Óleo e Gás – Em Recuperação Judicial e III - Continuidade Operacional (Pontos estes mantidos), contendo parágrafo de ênfase sobre: I - Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas. Esses assuntos permanecem em nosso relatório.



## **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022.



**MÜLLER & PREI**

*Müller & Prei Auditores*  
Müller & Prei Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 6.472/O-1

*George Angnes*  
George Angnes  
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos Müller & Prei Auditores Independentes S/S. datado de 22 de março de 2022, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Opinião com Ressalva; Base para opinião com ressalvas: Limitação de escopo de auditoria. a) Confirmação externas de endividamento bancário. b) Investimentos em controladas/coligadas e consórcios; Incerteza relevante quando à continuidade operacional; Ênfases: Reconhecimento de recebíveis. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Termo de Transação Individual com a PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Principais assuntos de auditoria: a) Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. b) Débitos tributários. c) Contingências; Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado. Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente; Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras; Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 29 de março de 2022

Adrian Monge Jara

Rubens Gerigk

Sergio Tomaz Crestani

## Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 29 de março de 2022.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

## DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 29 de março de 2022.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores